

# POVOAMENTO E RESISTÊNCIA DO TERRITÓRIO CAMPONÊS NORTE MINEIRO

**Maria das Graças Campolina Cunha**

Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU  
e Professora do Departamento de Geociências da Unimontes  
gracapira@yahoo.com.br

## **Resumo:**

O objetivo deste estudo é compreender as dinâmicas ocorridas no Norte de Minas Gerais referentes ao povoamento e permanência das populações camponesas nesta região, assim como as estratégias atuais relacionadas à garantia de seus territórios frente às expropriações sofridas ao longo de sua história. A partir da perda ou da compressão de seus territórios para a instalação de projetos desenvolvimentistas conduzidos pelo Estado, essas relações são reafirmadas através das alianças firmadas com ONGs e instituições civis, fortalecendo-as no *front* de luta e de conquista de seus territórios.

**Palavras-chave:** Campesinato, território nortemineiro, movimentos sociais.

## NORTE MINEIRO PEASANT TERRITORY: SETTLEMENT, RESISTANCE AND FIGHTING

## **Abstract:**

The aim of this study is to understand the dynamics that occurred in the North of Minas Gerais related to the settlement and permanence of rural populations in this region, as well as current strategies related to the guarantee of their territories in face of the expropriations suffered throughout its history. From the loss or reduction of their territories for the set up of developmentist projects conducted by the State, these relations are reaffirmed through alliances signed with NGOs and civil institutions, strengthening them in the fight and conquest front of their territories.

**Key words:** Peasantry, Nortemineiro territory, social movements.

## **Introdução**

Este artigo aborda a história de povoamento da região nortemineira pelas populações camponesas e as transformações ocorridas ao longo de suas histórias que geraram a necessidade de acessarem estratégias de resistência para a permanência deste modo de vida em seus territórios ancestrais. Portanto, o objetivo deste estudo é compreender as dinâmicas ocorridas no território camponês nortemineiro e os diferentes arranjos que se configuraram de acesso à terra; assim como entender as estratégias elaboradas por estas populações para garantirem seus direitos frente às expropriações sofridas em decorrência de políticas estatais que fomentaram a instalação de

projetos desenvolvimentistas por empresas capitalizadas.

As transformações desencadeadas pelo Estado geraram nessas populações a necessidade de criarem estratégias para permanecerem reproduzindo o seu modo de vida. Com isso, alianças foram e são firmadas com instituições civis e ONGs que as fortalecem e surgem espaços de lutas por direitos aos territórios ancestrais.

## Povoamento Nortemineiro e Expropriação do Território Camponês

A região Norte de Minas Gerais estende-se por uma área territorial de 128.602 km<sup>2</sup>. Possui uma população de 1.473.367 habitantes distribuída em oitenta e nove municípios, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2006).

Segundo Dayrell (1998), o bioma predominante da região é o cerrado, com a presença de faixas de transição entre a vegetação de cerrados e as formações da caatinga. Esses dois tipos de vegetação se entrelaçam formando complexos ecossistemas de transição, com a presença das matas secas ou florestas caducifólias.

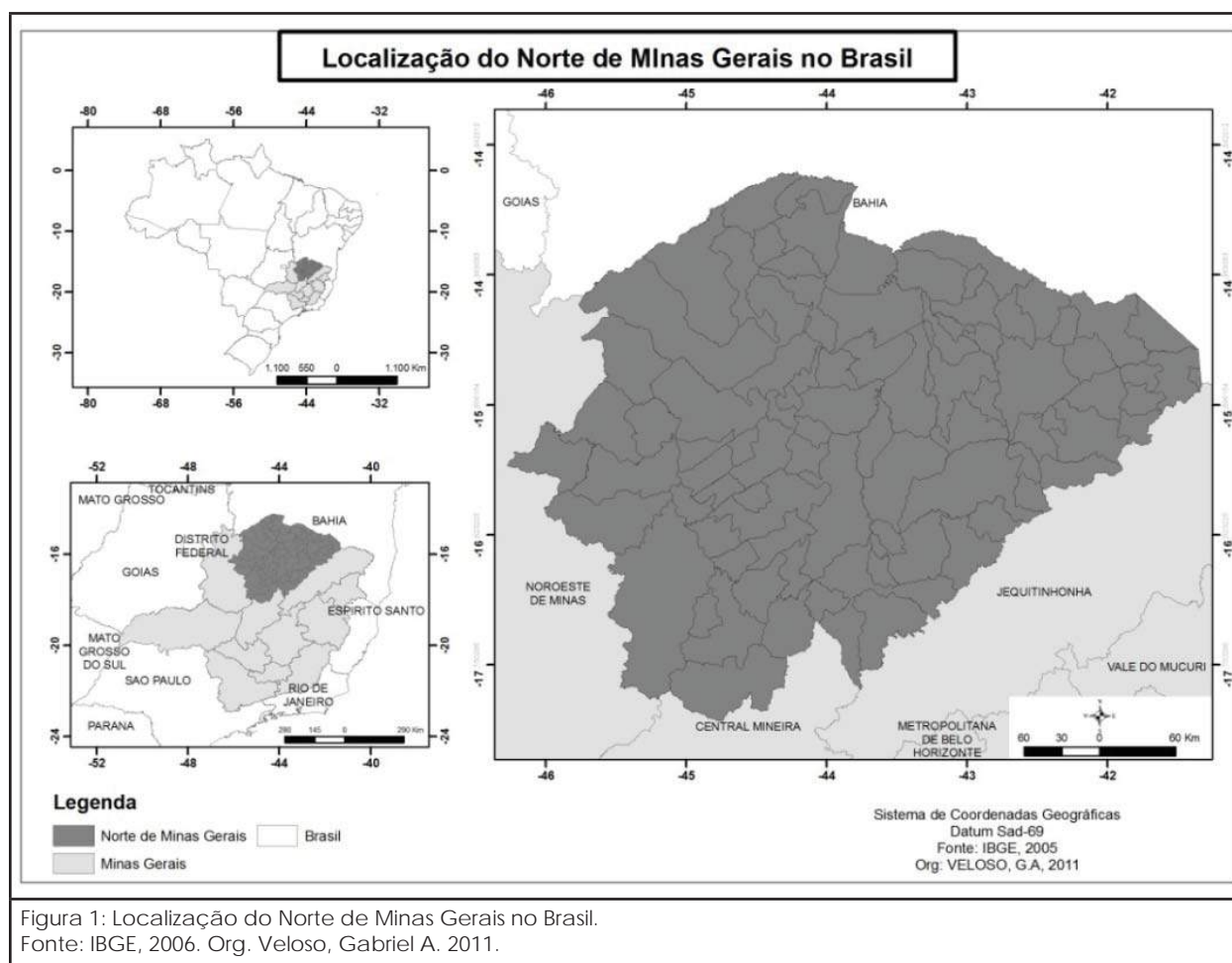


Figura 1: Localização do Norte de Minas Gerais no Brasil.  
Fonte: IBGE, 2006. Org. Veloso, Gabriel A. 2011.

Nesta seção, enfoco o espaço rural desta região para compreender a origem do povoamento da população camponesa no Norte de Minas Gerais e os processos de territorialidade das comunidades que o habitam.

Paul E. Little (2004) afirma que qualquer território é um produto histórico de pro-

cessos sociais e políticos. A territorialidade é compreendida pelo antropólogo como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico. Portanto, compreende-se que as estratégias para garantirem a reprodução material e social de um grupo familiar ou de uma coletividade constituem-se como estratégia de territorialidade.

Os processos de territorialidade ocorridos no espaço rural nortemineiro tiveram início com a chegada de populações oriundas das *plantations* nordestinas do Brasil colonial (negros e povos indígenas fugitivos da escravidão, além de brancos despossuídos excluídos do processo econômico em curso) e com a instalação de grandes fazendas de criatório de gado a partir do século XVII. Os quilombos e grupamentos indígenas instalados neste espaço formaram-se através de sua invisibilização social (Costa, 1997). Esses grupos procuravam habitar áreas de difícil acesso para garantirem a sua reprodução e liberdade.

A partir do século XIX, ocorre um novo ciclo de povoamento em decorrência da migração da população nordestina, mais expressivamente de baianos, para esta região. Estes vieram devido às grandes secas que assolam o Nordeste brasileiro em períodos históricos marcados pela fome e miséria dessas populações; e também em consequência da pobreza existente no meio rural desta região marcada pela concentração de renda e fundiária.

Acompanhada de Nogueira (2009), realizo uma discussão sobre as diferentes formas históricas de acesso à terra pelas populações camponesas nortemineiras. Segundo esta autora, foram três as formas de acesso à terra que configurou a instalação do camponês na região. Foram arranjos caracterizados pelo povoamento de diferentes atores. São eles: os **herdeiros**, os **posseiros** e os **agregados**.

Seguindo a divisão proposta, os posseiros e os agregados eram aqueles que possibilitavam a existência das grandes fazendas, pois eram eles que formavam núcleos camponeses e forneciam mão-de-obra e alimento aos proprietários, não havia relação salarial neste arranjo. Os agregados e posseiros também eram nomeados de meeiros, aqueles que plantavam nas terras dos fazendeiros e dividiam com eles o que produziam; e de parceiros, os que moravam nos domínios da fazenda e prestavam serviços aos fazendeiros. Alguns recebiam “gratificação” dos fazendeiros através do seu trabalho, “o vaqueiro, por exemplo, não tinha salário, mas a cada quatro bezerros nascidos tinha direito a um, sistema denominado de quarteação” (CORREA, 2008, p. 34).

Este arranjo deixou de vigorar a partir da penetração do capital externo, quando os fazendeiros passaram a investir em maquinários e em novos tipos de atividades trazendo a “modernidade” para a região. Modernidade esta que acarretou o desequilíbrio ambiental e a perda dos espaços de reprodução camponesa, como veremos adiante.

Com relação aos herdeiros, estes tinham e têm maior autonomia em relação à posse do território, visto que as suas terras são cartorialmente asseguradas. Originada das sesmarias, que se transformam em latifúndios, essas terras historicamente perderam valor a partir da decadência do ciclo do ouro (NOGUEIRA, 2009). Devido ao impacto financeiro acarretado pelo fechamento das fronteiras comerciais, muitos fazendeiros que vendiam gado e alimentos para as áreas mineradoras deixaram as suas terras ou

as fracionaram e as venderam aos pequenos produtores.

A possibilidade de compra das terras pelos camponeses da categoria “herdeiros” foi em conseqüência de sua desvalorização. Ao comprarem seus lotes de terra, formavam o território camponês a partir da união das famílias vizinhas para assegurarem a sua reprodução. Porém, os vínculos com os grandes fazendeiros também se reproduziam nas terras de herança, visto que, na ausência do Estado, eram os “coronéis” as lideranças políticas locais.

Nogueira descreve que as redes de relação e reciprocidade moldavam as formas como se organizavam as populações camponesas, pois “o trabalho coletivo e a ajuda mútua entre as famílias que se reconheciam como parte de uma unidade de parentes-co e/ou vizinhança também contribuíam para fortalecer os laços entre os geraizeiros<sup>7</sup> e seu sentido de pertença ao lugar”. Uma dinâmica que permitiu a consciência de grupo através das relações de reciprocidade estabelecidas.

a ida e volta a cidades próximas para comparecer às feiras, a visita a fazendas e vizinhos para festas religiosas ou seculares, bem como a peregrinação a santuários, como o de Bom Jesus da Lapa, na Bahia, eram atividades que integravam a rotina de sociabilidade entre os Geraizeiros (2009, p. 98).

Os grupamentos se reproduziam e se reproduzem através dos arranjos internos elaborados por meio de normas locais que permeiam uma ordem moral camponesa (WOORTMANN, 1990) e das relações com as populações circunvizinhas para as trocas mercantis necessárias. Ao comprarem seus lotes de terra, as populações formavam o território camponês a partir da união das famílias vizinhas e das relações de reciprocidade que são estabelecidas neste espaço, isso assegura a reprodução dos grupos. Porém, os vínculos com os grandes fazendeiros também se reproduziam nas terras de herança, visto que, na ausência do Estado, eram os “coronéis” as lideranças políticas locais.

No quadro a seguir sintetizo as diferentes formas de acesso à terra pelos grupos camponeses durante os séculos de povoamento nortemineiro e as transformações ocorridas nos tempos atuais.

<sup>7</sup> Esta autora realiza seus estudos enfocando as populações geraizeiras do Norte de Minas Gerais. São arranjos que se reproduzem em todo o território nortemineiro povoado pelas diferentes populações camponesas encontradas neste espaço.

**Quadro 01:** As diferentes formas de acesso a terra pelas populações camponesas do Norte de Minas. **Fonte:** Cunha, 2013. Baseada em Nogueira (2009, p. 94-95).

| AS DIFERENTES FORMAS DE ACESSO A TERRA PELAS POPULAÇÕES CAMPONESAS DO NORTE DE MINAS GERAIS |  |  |  |
|---|--|--|--|
|   | Herdeiros  | Posseiros  | Agregados  |
| ORIGEM  | Originárias das antigas sesmarias, estas áreas passaram a serem divididas no século XIX e postas à venda ou arrendamento. Grandes fazendas e sítios titulados se formaram a partir daí. As famílias extensas comuns na época passaram a dividir essas terras por meio de herança. A terra constitui patrimônio familiar, e sua transmissão sucessória é legalmente garantida.                  | Grupos camponeses que se apropriavam da terra por meio do trabalho. Esse apossamento podia ser ou não documentado. Normalmente, a propriedade das terras eram atribuídas à algum fazendeiro, o pagamento pelo uso da terra era realizado por meio do trabalho prestado ao fazendeiro. Segundo Dayrell (1998), em alguns casos, se tornavam jagunços em épocas de conflito. | Diferentemente do arranjo realizado entre fazendeiros e posseiros, os agregados estabeleciam-se em moradas próximas às da sede da fazenda. As relações entre agregados e fazendeiros eram mais estreitas, e as terras a eles destinadas eram mais férteis que as dos posseiros. O pagamento pelo uso da terra era realizado através de serviços prestados aos fazendeiros. |
| RELAÇÕES  | As relações entre famílias e entre núcleos camponeses geralmente é maior neste arranjo, visto que a terra é assegurada e a dependência destes em relação aos fazendeiros era menor ou não existente.   | Através do batismo dos filhos dos camponeses pelos “coronéis” estabeleciam-se as relações de compadrio entre posseiros e fazendeiros, tipo de aliança horizontal apontada por Costa (1997).  | Neste arranjo, as relações também ocorriam de forma horizontal, estabelecendo relações de compadrio entre o fazendeiro e os agregados a través dos laços firmados pela Igreja através do batismo.  |
| O MOVIMENTO   | Existem dois tipos de regime nas terras documentadas. O primeiro é denominado próindiviso, ou seja, de posse comum de grupos de famílias. Essas terras eram individualizadas por meio do trabalho e dividida entre todos os descendentes. O segundo regime é aquele em que a propriedade pertence a uma família apenas, sendo a terra dividida cartorialmente apenas entre a sua descendência. | A partir do Estatuto da Terras de 1960 e da modernização do campo a partir de 1970, estas populações passaram a serem encurraladas ou expropriadas pelos fazendeiros com aval do Estado, que considerou essas terras como “devolutas”. No estado de Minas Gerais, a Ruralminas legitimou a tomada de terras pelos empresários.   | Com a modernização das fazendas, as relações horizontais pré-existentes deixam desvaneceram-se. Os agregados são expulsos das terras em que viviam em decorrência de novas alianças realizadas pelos fazendeiros e agentes de capital externo.   |
| SITUAÇÃO ATUAL  | A fragmentação da terra entre descendentes é um fator de sua minifundização, acarretando a migração de parte dos membros familiares ou a compressão do território camponês.  | Expulsos de seus territórios, essas populações deixam de se reproduzirem como grupos camponeses e passam a habitar as periferias das cidades. Muitos voltam ao campo como trabalhadores assalariados das empresas de carvoejamento e reflorestadoras.  | Como ocorreu com os posseiros, essas populações têm que migrar na busca de novos espaços para a sua reprodução. Na impossibilidade de novas terras, a migração para a cidade é um caminho sem volta.   |

O arranjo organizativo das sociedades camponesas nortemineiras baseado nas relações complementares com os grandes fazendeiros, passou por transformações a partir da década de 1940, quando novos parâmetros econômicos se instalaram na região em decorrência de fatores externos, quando São Paulo emerge como centro industrial do país. Esta industrialização atrai a atenção dos grandes fazendeiros, e estes passam a buscar novas alternativas de lucro, iniciando a desarticulação do arranjo interno preexistente. A grande fazenda deixa de reproduzir o arranjo social que permitia a região ser economicamente auto-sustentável, através das alianças estabelecidas com os camponeses. Os “coronéis” passaram a buscar na indústria produtos e capital que representavam o desenvolvimento. Entram em declínio as alianças internas, inicia-se



o tempo das alianças firmadas entre fazendeiros e as sociedades industriais distantes. Sobre este período Dayrell conclui que “Para não perderem os privilégios, é como se preparassem para a revolução agro-industrial que só viria a acontecer, de fato, nos finais da década de sessenta e início da década de setenta” (1998, p. 72).

Porém, este processo de desarticulação das alianças firmadas entre coronéis e camponeses, de um arranjo preexistente que garantia certa autonomia à região, passa a ser rompido aceleradamente a partir da década de 1970, como aponta a última divisão do Quadro 1. No período da Ditadura Militar, estabelece-se como prioridade o desenvolvimento do parque industrial do país, pois este governo tinha como premissa o desenvolvimento voltado “para dentro”. Este período ficou conhecido como o período do “milagre brasileiro”.

Para a aceleração do desenvolvimento industrial, o país carecia de fontes de energia que sustentassem os parques industriais nascentes. Essa demanda foi atendida a partir de políticas públicas que direcionaram os investimentos estatais de acordo com as necessidades desenvolvimentistas, dividindo os espaços regionais em áreas de fornecimento energético e de matéria-prima e em áreas de industrialização.

O Norte de Minas atendeu, em grande parte, como suporte energético para o desenvolvimento industrial do país, uma vez que foi compreendida pelo Estado como região atrasada e despovoada. Com isso, os cerrados tornaram-se a nova fronteira agrícola do país. Novas formas de apropriação deste espaço foram efetivadas, modificando a relação campo-cidade e, conseqüentemente, ameaçando as condições de reprodução dos modos vida das populações rurais. As políticas públicas que incentivaram as transformações foram impulsionadas pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) que possibilitou a instalação e a implementação de complexos agrícolas e industriais no sertão nortemineiro, considerado para fins de planejamento e execução estatal como Região Mineira do Nordeste, RMNe.

Em decorrência do modelo de modernização adotado e conduzido pelo Estado, os territórios camponeses foram considerados terras devolutas concedidas a grupos empresariais. Com isso, expressiva parcela da população camponesa, invisibilizada pelo Estado, foi expulsa de suas terras, iniciando um violento processo de expropriação que atingiu grande parte dessas populações e transfigurou a configuração dos cerrados nortemineiros. De acordo com Gonçalves,

O cercamento dos campos, tal como na Inglaterra, não tardou a se fazer, contando, inclusive, com o apoio formal do Estado, privatizando grande parte das terras devolutas, com contratos de concessão por vinte anos para empresas de plantação de eucalipto, como os efetuados pela Ruralminas durante o regime ditatorial sob tutela militar, em Minas Gerais. (2004, p. 222).

Esse tipo de planejamento estatal acentuou ainda mais o sistema concentrador de posse e de propriedade da terra e os privilégios distributivos concedidos às empresas do setor privado. Assim, grande parte dos lugares de vida da população rural norte-

mineira se transformou em espaço de reprodução capitalista.

Em síntese podemos delimitar três momentos que marcaram e marcam a trajetória de povoamento dos territórios camponeses na região. São eles:

- A) No primeiro momento de povoamento, as populações que se deslocaram para esta região se invisibilizaram para sobreviverem e construir os seus territórios de liberdade (entre os séculos XVII e as primeiras décadas do século XX).
- B) No segundo momento, o próprio Estado os invisibiliza por meio do discurso do sertão nortemineiro como “vazio humano” para dele se apropriar. Realiza contratos concedendo terras aos segmentos capitalizados para serem exploradas, são os territórios camponeses do Norte de Minas (século XX). Neste processo, ocorre a expropriação de grande parte dessas populações.
- C) Vivemos, atualmente, um terceiro momento em que para permanecerem em seus territórios, as populações camponesas nortemineiras passam a visibilizarem-se politicamente como forma de resistência em busca de assegurarem o direito de permanecerem em seus territórios reproduzindo os seus modos de vida.

Os dois primeiros momentos já foram discutidos neste artigo. Deste modo, é neste terceiro momento que me atenho a seguir. Delineio algumas transformações em curso, uma vez que são importantes para a compreensão da dinâmica nortemineira contemporânea.

## **As Alianças que Fortalecem as Lutas das Populações Nortemineiras**

A partir da Constituição de 1988, quando as populações remanescentes de quilombos, juntamente com os povos indígenas, tiveram o direito ao território que habitam assegurados, as conquistas no campo político resultante refletiu no surgimento de novos campos de luta em busca de se assegurar o direito de outras populações, as populações camponesas ressignificadas como povos ou populações tradicionais. Os avanços percebidos nesta Constituição são reflexos de movimentos sociais em prol de direitos ainda não conquistados que já ocorriam no país.

Foi fundamental para o fortalecimento da luta pela terra e dos territórios das populações rurais nortemineiras encurraladas pela modernidade, os papéis desempenhados por instituições, movimentos sociais e ONGs, que os auxiliaram e auxiliam a se organizarem. Ao mesmo tempo, apontaram e apontam seus direitos ainda não assegurados ou nem sabidos para essas populações, são, portanto, (co)organizadores das reivindicações dos direitos dessas populações. Com isso, as populações tradicionais nortemineiras são visibilizadas no cenário político e fortalecidas, conquistam algumas vitórias na luta pela posse de seus territórios.

Nos estudos realizados por Albuquerque (2007), sobre a Economia Solidária no Norte de Minas Gerais, a autora aponta a atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) como fator de fortalecimento do cooperativismo popular autogestionário a partir da década de 1970 na região. Neste sentido, as alianças firmadas entre setores progressistas da Igreja católica, ONGs e povos distintos que sofrem pressões sobre seus territórios ou modos de vida (urbano ou rural) são fatores que contribuíram e contribuem para a reestruturação dos espaços de luta dessas populações na busca por seus direitos.

De encontro aos estudos de Albuquerque, Nogueira (2009) relata que as mobilizações realizadas por segmentos das populações tradicionais nortemineiros de reivindicação de seus territórios, fortaleceram-se a partir da contribuição da Igreja Católica, que passa por uma transformação após o Concílio Vaticano II, que finalizado em 1965 “consagra uma nova perspectiva sobre a relação entre Igreja e o mundo dessacralizado” ao “*propalar a doutrina da Igreja como povo de Deus*” (NOGUEIRA, 2009, P. 167). Renovada, a Igreja procura estabelecer a necessária discussão com engajamento social e político relacionado à luta pela terra, encerrada na Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Esta parte progressista da igreja passa a estabelecer diálogos com movimentos sociais e sindicatos através das CEBs, favorecendo o processo de resistência camponesa<sup>8</sup>, “em articulação com movimentos de massa como a Via Campesina e o Movimento de Trabalhadores Sem-Terra (MST)” (Idem, p. 167-8). A autora também cita a contribuição de ONGs, com destaque para o trabalho realizado pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM). Estas foram importantes alianças travadas com e entre os povos nortemineiros ameaçados de desterritorialização (expropriação) ou já desterritorializados, e por isto vivenciando o processo de reterritorialização precária (HAESBAERT, 2004), nas áreas pouco favoráveis à sua reprodução social, devido ao seu encurralamento.

Sobre a atuação dos grupos mencionados com os camponeses do Norte de Minas, Nogueira aponta a importância dessas alianças para a organização interna e no campo de luta desta população:

Criado no âmbito de uma estratégia mais ampla de difusão das experimentações e debates em torno dessa abordagem, o CAA dedicou os primeiros anos de trabalho a visitas de campo e à realização de cursos sobre conservação dos solos, inseticidas caseiros para o controle de pragas, curvas de nível (tecnologias básicas e de fácil replicação em diferentes contextos), além de atividades formativas que incluíam o resgate da história da agricultura.  
(...)

<sup>8</sup> Os movimentos desencadeados pelas CEBs – e o uso do termo “*comunidade*”, designam, além das origens das esferas católicas mais vinculadas aos movimentos populares que elas evocam, o avanço de sua participação na luta pela terra dos territórios rurais do país, contribuindo para a reorganização do tecido social das populações que sofriam e sofrem processos de desapropriação de suas terras ancestrais (NOGUEIRA, 2009). Seguindo esta interpretação, o termo “*comunidades*” constitui uma iniciativa não apenas de grupos de católicos vinculados sobretudo às comunidades eclesiais de base, mas bastante marcante através delas, como presenças que se materializam nos sujeitos locais de uma nova prática pastoral no país e no Norte de Minas Gerais, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Isto porque, com o tempo, *comunidade* tornou-se uma categoria que caracteriza a diversidade sociocultural existente no território rural brasileiro, assistidas ou não pelas Comunidades Eclesiais de Base. Atualmente ressignificam as populações camponesas de modo geral, evocando as diversidades sócio-espaciais existentes, são as “*comunidades tradicionais*”. Assim, pode-se perceber a importância da atuação de segmentos pastorais do catolicismo nas lutas que envolvem as questões fundiárias no país e, em nosso caso, no Norte de Minas. Esta presença foi ativada principalmente através da Teologia da Libertação que alicerçou as CEBs e as Pastorais da Terra. Atualmente, vivenciamos um recuo na atuação militante das CEBs junto a esses grupos, principalmente devido aos novos atores que se incorporaram nas lutas em prol dos direitos constitucionais das “*comunidades tradicionais*”.



Os chamados “Cursos de Formação de Monitores em Agroecologia” ocorreram de 1993 a 1997. Grande parte dos participantes eram encaminhados por irmãs e padres atuantes nas CEBs ou pelos STRs e os cursos acabaram funcionando também como uma formação de lideranças.  
(...)

Também se aos sindicatos e à CPT, eventualmente em articulação com o MST e a Via Campesina, coube o front da luta pela terra, ao CAA atribuiu-se o trabalho de promover a recuperação da capacidade produtiva do campesinato local. Afinal, conquistada a terra, logo é preciso reconstituir o sistema de produção. (2009, p. 180-181).

Sabourin (2009) lembra que o fortalecimento dos movimentos sociais do campo, e suas reivindicações, possibilitam a permanência de um modelo que se opõe à competitividade do modelo capitalista. Essas reivindicações visam o desenvolvimento de um projeto camponês moderno para o século XXI, construído em torno de três características-chave, demonstradas na tabela a seguir:

**Tabela 1:** Características do projeto camponês reivindicado pelos movimentos sociais para o séc. XXI

| Características do projeto camponês reivindicado pelos movimentos sociais para o século XXI |  |   |   |
|---|--|---|---|
| Noções de:  | Autonomia<br>Segurança alimentar, autoconsumo, dispositivos próprios de aprendizagem e de produção de inovações etc. | Cooperação<br>Cooperativas de crédito, fundos de crédito mutualizado, empreendimentos e projetos de economia solidária etc. | Qualidade de vida<br>Produção mais sadia e ecológica, proteção dos recursos naturais renováveis, qualidade dos produtos, acesso à saúde e à educação pública etc. |
| Opõem-se à:   | Dependência  | Concorrência  | Exploração  |

Fonte: CUNHA, 2013. Baseado em SABOURIN (2009, P. 281-2).

Assim como apontado por Sabourin sobre as reivindicações dos movimentos sociais camponeses, as populações nordestinas se organizam internamente e em cooperativas e associações e têm nos movimentos sociais e nas ONGs amparo político-financeiro e suporte técnico necessários à sua reprodução diante da retomada da terra. Buscam *autonomia*, *cooperação* e *qualidade de vida*. A organização desses movimentos desencadeia eventos que surgem no cenário atual, tais como os “Encontro dos Povos dos Cerrados”, dos “Povos das Florestas”, o “Grito da Terra”, “Encontro dos Geraizeiros”, de “Pescadores Artesanais”, que permitem o diálogo entre movimentos e a articulação dos grupos quanto às lutas que estabelecem contra os desmandos do capital e do Estado, visibilizando-os social e politicamente.

Dentre algumas vitórias relacionadas à reocupação e garantia dos territórios ancestrais dessas populações, podemos destacar no Norte de Minas:

- Os povos indígenas Xacriabá (ou Xakriabá) já têm seu território delimitado. Vivem atualmente numa reserva reconhecida em 2011 pela Fundação Nacional do Índio (Funai) de 46 mil hectares. Estão distribuídos em 32 aldeias entre os municípios de São João das Missões e Itacarambi. Atualmente, além de lutarem para sobreviverem em seu território, buscam resgatar a sua história e a sua língua originária;
- Existem territórios quilombolas juridicamente instituídos e reconhecidos pelo Estado nos municípios de Matias Cardoso, Jaíba e São João da Ponte;
- Em fase adiantada de estudo, há projetos de implantação de sete Resex no Norte de Minas.

A Reserva Extrativista é uma modalidade de Unidade de Conservação que permite o manejo dos recursos naturais pelas populações tradicionais. Os planos de manejo desses territórios são elaborados de forma coletiva entre as comunidades locais, ONGs e governo. Garantem, assim, a reprodução dos modos de vidas dessas populações.

A origem da Resex ocorreu nos anos 1980, nas lutas realizadas pelos povos seringueiros do Acre, tendo Chico Mendes como líder. Ensejavam a posse das terras ancestrais pelas comunidades tradicionais que estavam sendo ameaçada pelas grandes fazendas empresariais que se instalavam na região. Em troca, as comunidades garantiam a proteção e o manejo adequado dos seus ambientes. Esta modalidade foi implantada na Amazônia e se espalhou, aos poucos, por outros territórios ameaçados do país.

Quase todos os sete territórios em estudo para implantação das Resex no Norte de Minas são territórios expropriados das populações originais, seus antigos territórios passaram a abrigar plantações de *eucalipto*. Acuadas, essas populações passaram a se reproduzir em espaços comprimidos que não interessavam ao capital. Dentre as comunidades apontadas, Barra do Pacuí – comunidade vazanteira que pertence ao município de Ibiaí – Gerais do Calixto – comunidade geraizeira existente no município de Buritizeiro – e Assentamento Tapera – comunidade geraizeira pertencente ao município de Riacho dos Machados – são alguns dos territórios que se encontram em vias de se tornarem Resex.

Encontra-se, também, em processo de implantação a Resex do Pequizeirão, abrangendo uma área que perpassa por quatro municípios: Santo Antônio do Retiro, Montezuma, Rio Pardo de Minas e Vargem Grande do Rio Pardo; e abarca 27 comunidades tradicionais que vivem do extrativismo de produtos do cerrado (PNUD, 2012). As populações que reivindicam as Resex são acompanhadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e pelo CAA/NM. Em Buritizeiro, além das instituições citadas, o Movimento Graal de Mulheres acompanha o andamento da

implantação da Resex no município (FELFILI, 2010 e NOGUEIRA, 2009).

A conquista atual dos espaços de luta foi e é fortalecido a partir de diálogos realizados com entidades acadêmicas<sup>9</sup> e organizações governamentais e não governamentais. Buscam garantir seus direitos diante das transformações que tendem a expropriá-los cada vez mais. A partir desses debates, surgem redes de interação social e econômica, cooperativas e associações que possibilitam à população camponesa nortemineira o seu fortalecimento enquanto grupo social distinto.

## Considerações Finais

A partir do que foi apontado neste trabalho, sintetizo as observações realizadas sobre as transformações em curso no ambiente nortemineiro. Como já mencionado, as populações camponesas se organizam de formas diversas, são as maneiras encontradas por cada uma para se relacionarem com seus pares e com o espaço físico que ocupam. São as salvaguardas de saberes e de formas de manejo dos ambientes dos cerrados e das caatingas nortemineiros. As trocas simbólicas e os vínculos sociais permeiam e organizam suas vidas, como aponta Mauss (1974). Essas relações se estenderam e se estendem entre grupos – através das relações de vizinhanças – e entre grupos e fazendeiros. Neste último arranjo, estabelecido por meio das relações pretéritas de compadrio. Dentro de cada espaço, homens e mulheres desenvolveram e desenvolvem estratégias que garantem a reprodução social dos grupos.

A partir da década de 1970, esta dinâmica é transformada a partir da modernização do campo impulsionada pelo Estado. Com isto, se instala uma nova configuração espacial no território camponês: excludente e expropriadora. Em decorrência das expropriações ocorridas no seio das populações camponesas na acentuada ocupação capitalista deste espaço, essas populações passam a se organizarem para reivindicarem direitos sobre seus territórios. Inicia-se uma trajetória em busca tanto de resgates de saberes ancestrais como garantias presentes e futuras de direito aos seus territórios que assegurem a reprodução de seus modos de vida.

Concretamente, podemos afirmar que a partir das lutas que se instalam em decorrência dos direitos conquistados pelos quilombolas e indígenas, as comunidades camponesas – compreendidas como populações tradicionais – existentes no território nortemineiro, ganham visibilidade política e social. Isso devido à compreensão da necessidade urgente de que seus conhecimentos sejam assegurados e a sua cultura preservada para as gerações futuras.

A partir da organização dessas populações, e das alianças firmadas entre elas e ONGs e seguimentos civis, elas passam a reivindicar seus direitos assegurados pela Constituição de 1988. Com a organização dos movimentos sociais, estes se fortalecem e começam a conquistar importantes batalhas no *front* de luta. Assim, são reafirmados os contratos sociais, são construídas, a partir da visibilidade política dos camponeses, ou “populações tradicionais”, possibilidades dessas populações permanecerem em seus territórios ancestrais reproduzindo seus modos tradicionais de vida.

<sup>9</sup> Refiro-me aos estudos realizados por pesquisadores no âmbito acadêmico. Dentre alguns, podemos citar os realizados por Dayrell, Nogueira e Luz, autores citados neste capítulo. Estes são pesquisadores que realizam seus estudos dando visibilidade às populações tradicionais existentes no Norte de Minas, ao mesmo tempo em que atuam junto aos movimentos sociais, como o CAA/NM.

## Referências

- ALBUQUERQUE, Lucimar Magalhães de. **Aprender com o Buriti: tempos e espaços na formação de agentes da Economia Solidária no Norte de Minas Gerais**. Uberlândia: PPG-IG/UFU, 2007. Dissertação de mestrado. 137 f.
- CORREA, Jeane Queiroz. **Trabalho e Cotidiano na Comunidade Gerais do Calixto, Buritizeiro - Sertão Norte dos Gerais**. Montes Claros: Unimontes (Pirapora), 2008. Monografia de Graduação.
- COSTA, João Batista de Almeida. Cultura Sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. In. SANTOS, Gilmar Ribeiro dos (org.). **Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas**. Montes Claros: Best, 1997.
- CUNHA, Maria das Graças Campolina. **Gameleira, Sertão Norte de Minas Gerais: Um olhar feminino sobre o feminino camponês**. Uberlândia: PPG-IG/UFU, 2013. Tese de doutorado. 314 f.
- DAYRELL, Carlos Alberto. **Geraizeiros y Biodiversidade nel Norte de Minas Gerais: La contribución de la agroecología y de La etnoecología em los estudios de los agroecosistemas**. Huelva: Universidad Internacinal de Andalucía, 1998. Dissertação de Mestrado.
- FELFILI, Jeane Maria (Org.). **Estudos de Vegetação para Subsidiar a Criação das Reservas Extrativistas Barra do Pacuí e Buritizeiro – MG**. Brasília: MMA, 2010. (Coleção Biodiversidade 37).
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geografia da Riqueza, Fome e Meio Ambiente. In. OLIVEIRA, Ariovaldo. MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). **O Campo no Século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Totemismo Hoje**. Lisboa: Edições 70, 1986. Perspectivas do Homem.
- LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da territorialidade**. In: Anuário Antropológico 2002/2003. Rio de Janeiro: 2004.
- MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. In. \_\_\_\_\_ **Sociologia e Antropologia**. v. II. São Paulo: Edusp, 1974.
- NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo. **Gerais a Dentro e a Fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais**. Brasília: UNB/Departamento de Antropologia, 2009. Tese de doutorado.

RIEGER, Ana. **Imagens do Baixo São Francisco**: a percepção da paisagem na construção da identidade da população ribeirinha. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, 2001.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Trad. Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

WOORTMANN, Klaas. 1990. “**Com parente não se neguceia**”: o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico, Brasília/Rio de Janeiro, EDUNB/Tempo Brasileiro, n. 87, p. 11-73, 1990.